

Belo Horizonte

Sem violência
em tortura
em impunidade

Fórum

Direitos Humanos

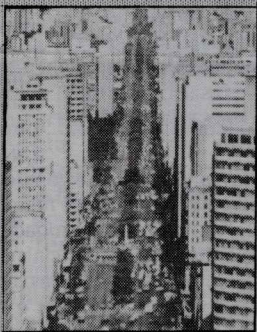
Permanente

Belo Horizonte Junho de 1995 Ano 1 Nº 1

Belo Horizonte cria Fórum Permanente de Direitos Humanos

As cidades invisíveis

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se



abrir espaço.

Ítalo Calvino
(Trecho de "As cidades invisíveis")

parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo e

No próximo dia 05 de junho (segunda-feira) será constituído o Fórum Permanente de Luta pelos Direitos Humanos de Belo Horizonte. A sua instalação acontece às 19 horas no Auditório Helena Greco do Sindicato dos Bancários, Tamóios 611.

O Fórum reúne entidades representativas da comunidade. Sua criação veio da necessidade de desconstruir a violência da cidade. Belo Horizonte chega aos 100 anos vivendo um crescimento das violações dos direitos humanos em todas as suas formas.

No entanto, como disse Dona Helena Greco, temos acúmulo suficiente para evoluir para mobilizações que garantam intervenções consistentes no combate à violência estrutural da sociedade. O Fórum Permanente de Luta vai atuar nesta direção, buscando discutir e propor soluções, que transformem esta realidade e coloquem um fim à impunidade: construir a cidadania para debelar a violência.

Programação

-Dia: 05/06/95 (segunda-feira)
-Horário: 19:00 h
-Local: Espaço Cultural Helena Greco - Sindicato dos Bancários
Rua Tamóios, 611, centro

Pauta:

*Discussão do Programa Mínimo
*Composição do Fórum *Dinâmica e Funcionamento
Exibição de Vídeo:
(Mês Internacional do Desaparecido Político) *Exposição de Fotografias *Teatro

UM PASSO FUNDAMENTAL PELA CIDADANIA

A criação de um Fórum Permanente de Luta pelos Direitos Humanos em Belo Horizonte constitui passo fundamental na luta pela construção da cidadania rumo a uma Belo Horizonte centenária sem violência, sem tortura, sem impunidade.

Fomos surpreendidos nos meses de fevereiro e março pela reedição de atos terroristas, alguns deles assumidos por um grupo de policiais civis autodenominado "Grupo Reação". Foram sete atentados a bomba em menos de 60 dias. Até hoje não houve sequer um indiciamento.

A própria Secretaria de Segurança Pública reconheceu num primeiro momento a participação da Polícia Civil nos atentados. José Maria Cachimbinho, homem forte desta corporação e notório torturador, Diretor-Presidente da Seção MG da *Scuderie Le Cock*, era considerado suspeito, até o atentado contra a OAB (21/03/95), quando foram forjados o flagrante e a farsa envolvendo o

companheiro Austen Harmenedani Mudado, diretor da CUT Estadual. A acusação se mostrou absolutamente inconsistente, caracterizando manobra para desviar a atenção dos verdadeiros responsáveis.

A Polícia Civil de Belo Horizonte não é diferente das outras polícias do Brasil. De acordo com o secretário existem grupos vinculados ao crime organizado (garimpo ilegal, desmanche de carro, extorsão, tráfico de influência). Há ainda comprometimento com grupos de extermínio como o *Comando de Caça aos Comunistas* e sua fachada legal, a *Scuderie Le Cock* e com a cultura da tortura, da ilegalidade e da impunidade.

Se no início o secretário teve algumas atitudes mais firmes, à medida que as investigações se aproximaram do núcleo da Polícia Civil sua postura tem sido de recuo, timidez e convivência com a farsa montada contra Austen.

O Governador do Estado tem se mostrado absolutamente omissivo, se negando a receber a CPI instalada na Câmara Municipal e a Comissão Representativa da Sociedade Civil mobilizada para garantir as investigações dos fatos e a punição dos

responsáveis.

Esta Comissão é composta de representantes das centrais sindicais (CUT e CGT), dos movimentos de direitos humanos (Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Movimento Tortura Nunca Mais, Comissões de Direitos Humanos da Câmara Municipal, Câmara Federal e Assembléia Legislativa), Central dos Movimentos Populares, partidos políticos, OAB, Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Bancários e da C.P.I. Municipal.

O salto de qualidade e o saldo organizativo que propomos é a constituição deste Fórum Permanente de Luta pelos Direitos Humanos de Belo Horizonte.

Temos acúmulo suficiente para evoluir das mobilizações episódicas para uma dinâmica mais sistemática que garanta intervenção consistente no combate à violência estrutural da sociedade: a tortura institucionalizada; a brutalidade explícita das

polícias; a violência de gênero; a cultura do medo e do extermínio; a falta de memória fabricada.

A cultura da impunidade foi institucionalizada pela ditadura militar. Policiais e militares torturadores e assassinos de opositores do regime continuam ocupando cargos públicos e são sistematicamente premiados com promoções. A expressão desaparecidos políticos continua designando aqueles que foram mortos neste período - a maioria sob tortura - cujos corpos jamais foram entregues as respectivas famílias: 152 companheiros e companheiras, entre eles 21 mineiros e mineiras; e 217 chamados mortos oficiais, 27 mineiros e mineiras.

A nossa tarefa é cobrar o reconhecimento oficial destes mortos, a punição dos responsáveis e a localização dos corpos: maio é o mês Internacional dos Desaparecidos Políticos.

O Fórum Permanente de Direitos Humanos em Belo Horizonte terá como objetivo erradicar a violência e recuperar o humano na cidade.

Helena Greco

(Coord. de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte)

Objetivo é recuperar
o humano na cidade

Minas, referência na luta pelos direitos humanos

O lançamento do Fórum de Direitos Humanos significa um passo largo na caminhada de todos os que aspiram por uma sociedade realmente comprometida com os valores permanentes da democracia, do estado de direito e do respeito ao ser humano. Somando esforços, debatendo idéias, tornando realidade nossos projetos comuns, podemos transformar Minas Gerais numa referência positiva na luta pela defesa e promoção dos direitos humanos.

Bombas, torturas, extermínios e desaparecimentos são ações praticadas no estado por órgãos que deveriam estar cuidando da segurança pública. A violência no trânsito em Belo Horizonte gera uma morte a cada 16 horas e centenas de pessoas ficam gravemente feridas muitas com sequelas irreversíveis. Os familiares de militantes políticos desaparecidos durante o regime militar lutam incessantemente pelo reconhecimento do Estado de sua responsabilidade nestas mortes. Existem ainda casos

de trabalho escravo, tráfico de órgãos, prostituição infantil, dentre diversos outros exemplos concretos do constante desrespeito à vida humana praticados no estado.

O momento para a criação de Fórum é tão favorável quanto necessário. Temos de um lado o movimento positivo de organização na sociedade civil e nas instituições do Estado de criação de instrumentos capazes de assegurar a prevalência dos direitos humanos, um movimento saudável que perpassa fronteiras nacionais e ideológicas. De outro lado, porém, somos compelidos ao desafio de dar respostas eficazes à crise de valores que emerge de um Brasil acossado por profundas desigualdades sociais, em que a vida, os direitos e garantias fundamentais vêm sendo crescentemente desprezados face à selvageria da luta por privilégios e pela própria sobrevivência.

*Deputado Nilmário Miranda-PT
(Presid. da Comissão de Direitos
Humanos da Câmara dos
Deputados)*

**Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da PBH,
CUT, CGT, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos
Jornalistas, Sinttel, Sindieletro, Movimento Tortura Nunca
Mais/MG, Comissões de Direitos Humanos da Câmara
Municipal, Assembléia Legislativa e Câmara Federal.
CDHC/PBH: 277-7719 e 277-7720 com Bisoca e Moisés
Augusto**

CPI das Bombas

A Câmara Municipal de Belo Horizonte, numa decisão inédita e unânime, aprovou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para acompanhar a apuração dos atentados a bomba.

A CPI tem poderes mais amplos e mais força, podendo convocar autoridades, inclusive judicialmente, tomar depoimentos; determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar informações, documentos e serviços, inclusive os pertencentes à polícia.

A primeira sugestão aprovada pelos membros da CPI foi de uma reunião com o governador do Estado, Eduardo Azeredo, visando a união de esforços.

Estes atos terroristas já causaram muito transtorno, intranquilidade e prejuízos e não podem continuar impunes. Para que a democracia seja fortalecida torna-se necessária a união de todos contra o terrorismo. A oportunidade é agora porque a não solução significa mais violência, impunidade e corrupção.

Em nome da democracia, vamos dar um basta àqueles que querem, na calada da noite, através de bombas e ameaças, manter seus privilégios. Por outro lado, é fundamental o fortalecimento do Fórum Permanente de Luta pelos Direitos Humanos, visando ampliar, no dia a dia, a democracia existente.

*Betinho Duarte
(vereador do PT e presidente
da CPI das Bombas da Câmara
Municipal de BH; participam
também da Comissão as
vereadoras Maria Caiafa-PT e
Raquel Scarlatelli-sem partido)*

Belo Horizonte

S em violência
em tortura
em impunidade

Violência Policial

A Polícia da capital mineira trabalha quase exclusivamente fora do formalismo, para não dizer na ilegalidade: tortura e maus tratos sistemáticos e institucionalizados; generalização das detenções ilegais; operações de busca e invasões de domicílio incluindo a prática da brutalidade e da violência física - tudo isto já se tornou rotina.

Os desaparecidos

Durante a ditadura militar foram mortos 369 opositores do regime. São 152 desaparecidos políticos e 217 chamados mortos oficiais. Seus assassinos e algozes continuam impunes, muitos deles ocupando cargos públicos.

Violência & Impunidade

CDHC, três denúncias semanais

Só a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte recebe média de três denúncias semanais de tortura e lesão corporal grave. Entre junho/93 e jan/95 foram 10 casos de morte que fazem parte deste quadro de violência: 7 pela Polícia Militar, 2 pela Polícia Civil e um linchamento.

Furtos e Roubos: primeiro lugar em tortura

A Delegacia de Furtos e Roubos funciona como um centro de tortura nos moldes dos porões mais terríveis da ditadura militar. De acordo com o testemunho da Promotoria dos Direitos Humanos do Ministério Público, a Furtos e Roubos bateu todos os recordes de mortes e desaparecimentos: foram 21 casos nos últimos 4 anos.

Bombas em BH

Sete bombas explodiram em Belo Horizonte desde o início do ano. Foi o retorno da escalada do terrorismo na cidade. Bombas no Cine Nazaré na casa do Coronel Egg, no Sindicato dos Jornalistas, no Jornal Estado de Minas, no Fórum Lafayette, na OAB/MG e no Colégio Promove. As investigações apontavam para um grupo de policiais, quando foi montada uma farsa, revertendo a direção para o sindicalista Austen. Nada provado, as investigações parecem paralisadas. Apontando mais uma vez para a impunidade.

Arquivo do Dops

Até hoje não temos acesso aos arquivos do antigo Dops. Estas informações são fundamentais para o nosso esforço de recuperação da memória histórica. Tínhamos a informação que eles haviam sido incinerados, o que é crime. O Hoje Em Dia de 11/5/95 publicou que foram microfilmados e estão na Secretaria de Segurança Pública. Cabe a nós recuperá-los.

Polícia, bicicleta e racismo

No último dia 24 de março, o companheiro Paulo Roberto Ribeiro Soares, servente de pedreiro, negro, residente no Bairro São Gabriel, foi violentamente espancado por três Policiais Civis pelo simples fato de estar indo para casa a bordo de uma Montain-bike 18 marchas nova, presente que comprou com sacrifício para seu filho. Paulo Roberto teve os ossos da face fraturados. A polícia tenta descaracterizar o fato e acusá-lo de testemunho falso.

Em BH, mulher apanha mais

Belo Horizonte é a primeira capital do Brasil em casos de violência de gênero. Neste ano os casos de lesão corporal até maio (dados da Delegacia de Mulheres) são em número de 1257; os estupros, 90; e os homicídios, 68, alguns deles com requintes de crueldade.